

Estado, ongs, organizações multilaterais: *‘Imperialismo sistêmico-institucional’?*

Samira Feldman Marzochi*

Socióloga, cientista política e antropóloga, com mestrado em Sociologia da Cultura (Unicamp) e doutorado sobre Relações Institucionais entre ongs.

Resumo

As conexões institucionais entre ONGs, Estados e Organizações Multilaterais revelam, no lugar da democratização, um novo tipo de “imperialismo”. O termo permite incluir um contraponto às pesquisas sobre ONGs restritas a territórios nacionais. A história das associações identificadas pelo mesmo termo, - ONG -, remete de modo inevitável à história do *Sistema das Nações Unidas* e de seus programas e agências especializadas. Se a absorção de ONGs por outras instituições como Estados e organizações multilaterais, pode revelar-se uma espécie de dominação, necessariamente orientada por grupos de maior peso nesta configuração institucional, como tratar o fenômeno ONG apenas como ocorrência local? Levando em conta que as instituições demo-

cráticas nacionais estão cada vez mais ajustadas por exigências internacionais de administração, em que direção vai de fato a democracia? O que se vê, em escala crescente, é a sobreposição dos valores de mercado sobre os de cidadania. Diante dessa realidade, trata-se geralmente o tema “ONG” no Brasil como se este fosse um país à parte. A maioria das análises segue a mesma tendência operacional, a de opor *ditadura militar brasileira x ONGs no processo brasileiro de abertura*, o que resulta em *ONG = democracia*. Mas será essa a única perspectiva para a compreensão do problema? Como conciliar *local e global*?

Palavras-chave

ONGs; Nações Unidas; Estados; produção de conhecimento; sistema mundial.

Abstract

Institutional articulations between NGO, Nation States and Multilateral Organizations present a new kind of domination that I call here “institutional systemic imperialism”. Although an old expression, the idea of “imperialism” permits to understand how the world system works at inequalities reproduction to make easy the

capital concentration. On the epistemological plane, this article tries to demonstrate that, in the world system context, is impossible to comprehend the NGO phenomena only by the national perspective.

Key-words

NGO; United Nations; Nation States; knowledge production; world system.

Introdução

No curso da história, o mundo tende a se estruturar de maneira cada vez mais sistêmica. O *sistema* não se constitui de fatos isolados, fenômenos efêmeros, mas molda-se num tempo de *longa duração*. Se quisermos congelar para a análise um instante do presente — o momento atual a partir dos anos 40, por exemplo —, aparecerá como o resultado último este longo processo de sistematização. Para além do *realismo* e do *cosmopolitismo*, poderíamos recuperar os trabalhos já realizados e em desenvolvimento no campo das teorias sistêmicas. Não seria sensato explicar o mundo exclusivamente com base no poder das *Nações* ou na idéia de que tudo se torna *global*. Mais esclarecedor é precisar hierarquia, permanência, dinâmica, direção e lógica no *sistema-mundo*.

Para tanto, será preciso eleger algumas instituições conectadas entre si que operam mundialmente e se articulam, ao mesmo tempo, com realidades locais. As conexões institucionais são infinitas. Porém, um grupo de instituições pode ser escolhido como centro de análise a partir do qual feixes de ligações indiquem as tendências do sistema. O grupo escolhido é o *Sistema das Nações Unidas* em conexão com diferentes *organizações não-governamentais*.

Minha hipótese é a de que, desvendando-se o comportamento sistêmico destas instituições, um novo tipo de imperialismo irá se

revelar. Esse novo imperialismo é o *sistema mundial* caracterizado a partir da década de 40 do século XX. Controlado por grupos econômicos dominantes, representados por instituições que operam internacionalmente, esse novo imperialismo não traduz a vontade geral. Denomina-se “imperialismo” exatamente porque reproduz desigualdades em função da concentração de capitais. Por outro lado, não se configura como o único sistema possível. Corresponde apenas a um dos resultados entre uma infinidade de combinações.

As ONGs transnacionais

As ongs são *objetos heurísticos*, portas de entrada para processos sociais. A análise de ongs é um modelo de acesso ao sistema institucional mais amplo que envolve poderes locais, governos nacionais, fluxo de ajuda externa, cultura, inovações tecnológicas, modos de representação e práticas políticas. As ongs permitem captar mudanças sistêmicas em nível mundial, revelando um arranjo político que transcende objetivos, exigências e expectativas apresentados por elas mesmas. Este conjunto de organizações é um dos canais para a compreensão da matriz política mais abrangente.

O termo *Ong Internacional* é ainda bastante vago. Prefiro adotar, neste trabalho, a expressão *Ong Transnacional*, para deixar claras algumas características do grupo de ongs escolhido. Além de não ser simplesmente “nacional”, restrita a temas, atividades, ligações e financiamentos exclusivamente nacionais, a *Ong Transnacional* tem origem em um país específico, expande-se a outros países (fisicamente ou estabelecendo ligações internacionais de financiamento, trabalho conjunto ou troca de informações) e atua em torno de temas que não se limitam aos interesses de uma só nação. Um exemplo de *Ong Transnacional* é a ong *Greenpeace*, que nasceu no Canadá em 1971, sua sede é atual é Amsterdam, possui escritórios em dezenas de países e sustenta conexões formais com instâncias das Nações Unidas, como o Conselho Econômico e Social, o Departamento de Informação Pública, entre outras agências e programas. As ongs, mesmo as *transnacionais*, não são novidade no cenário in-

ternacional. Nova é a importância que a elas tem sido atribuída, o que desperta curiosidade sobre configurações políticas, interesses e valores envolvidos. É inegável, no entanto, que o número de ongs aumentou muitíssimo desde o século XIX, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra, quando foram criadas as Nações Unidas. Mas é importante considerar que elas obedeceram a estímulos diferentes, dedicaram-se a diversas atividades e perseguiram objetivos que jamais foram consensuais entre todas as ongs. O interessante é que cada fase do surgimento de ongs revela um período importante da história internacional. Uma ong para nascer precisa ser estimulada por questões concretas, não necessariamente de interesse geral, mas cuja relevância deve ser considerada por potenciais financiadores.

É importante atentar para a nomenclatura. No século XIX, as associações e organizações independentes não se autodenominavam ‘ongs’. A afirmação de que essas instituições eram ‘organizações não-governamentais’ resulta de uma leitura *a posteriori*, a partir do surgimento das Nações Unidas que precisavam do apoio de associações e organizações como uma de suas fontes de legitimidade. A utilização hoje generalizada do termo *ong* se deve, sobretudo, à ONU. Por outro lado, a unificação das associações sob um mesmo nome permite identificar historicamente a metamorfose das ‘ongs’ no decorrer do tempo.

Transfigurações não-governamentais

As organizações que nasceram no século XIX foram motivadas predominantemente por questões religiosas e assistencialistas. A maior parte das ongs, criadas nesta fase, tinha como objetivo as obras de caridade no plano nacional, ligadas à inspiração religiosa¹. Isso não significa que organizações motivadas por questões semelhantes tenham desaparecido. Embora persistam, são incapazes de caracterizar o grupo mais geral das organizações contemporâneas. Não por

¹ Exemplos são a *Caritas*, fundada na Alemanha em 1890, e a *Cruz Vermelha*, criada em 1863, de inspiração cristã mas sem vínculos com instituições religiosas.

questões numéricas — talvez sejam ainda a maioria —, mas por questões de relevância explicativa.

Esta primeira fase, religiosa e assistencialista, é seguida por uma segunda etapa da atividade 'não-governamental'. Com o fim da Guerra e surgimento das *Nações Unidas*, as ongs vão ajudar os países europeus na reconstrução. Posteriormente, uma terceira fase começa a se definir a partir da segunda, nos anos 50 e 60. Nesta, o objetivo já não é mais a ajuda imediata a problemas urgentes, mas o trabalho conjunto de resultados a médio e longo prazos. As ongs passam a orientar seus serviços aos países *em desenvolvimento*, através de programas que tinham como objetivo fornecer recursos financeiros, assistência técnica, especialistas e voluntários.

Esta terceira fase, com algumas variações, é a que predomina ainda hoje. Mesmo que o conceito de 'desenvolvimento' tenha se atualizado, não perdeu sua característica essencial. A idéia de que há um caminho único que todas as nações devem seguir, permanece. De que maneira o rumo deve ser tomado, no entanto, varia segundo as prescrições dos grupos que dominam o contexto político. O conceito *desenvolvimento* vai adaptando-se ao surgimento de novos interesses, grupos econômicos, mesmo que à primeira vista resulte de necessidades democráticas e discussões entre especialistas. Variações do *desenvolvimento* surgem para definir diretrizes políticas, mascarar intenções, convencer a opinião pública, produzir índices e documentos.

A literatura sobre o período ressalta freqüentemente o aumento da "ajuda internacional ao desenvolvimento", circulante em meios 'não-governamentais'. As análises são geralmente impressionadas com as cifras. Pouco se insiste na contradição elementar entre os crescentes investimentos em ajuda internacional e o aumento das desigualdades sócio-econômicas. Estas cifras não representam muito se comparadas aos juros da dívida ou às desvantagens comerciais a que são submetidos os países *em desenvolvimento*. Grosso modo, o que a "cooperação ao desenvolvimento" oferece aos países pobres não compensa o que é tirado deles.

As diferentes fases da 'cooperação ao desenvolvimento'

A fase *desenvolvimentista* da cooperação internacional não-governamental é a mais complexa. Será necessário dividir esta última em sub-etapas. Temos então as fases *religiosa/assistencialista* (1), da *reconstrução européia* (2) e a do *desenvolvimento* (3) dividida, por sua vez, em 4 sub-etapas:

- 3.1. *Início da Guerra Fria (1945-1965)*: a ajuda internacional ao desenvolvimento possuía objetivos predominantemente políticos e estratégicos. Era preciso impedir, nos anos seguintes à Segunda Guerra, que os novos países independentes adotassem o socialismo como modelo econômico. As ongs, propriamente ditas, manifestavam-se de maneira tímida em relação à opressão, violência e guerra, limitando-se aos problemas do desenvolvimento. Predominava a coleta e difusão de informações sobre o *Terceiro Mundo*. Esta fase da cooperação segue o *Plano Marshall*, lançado para a reconstrução dos países europeus. Na América Latina, a preocupação com o desenvolvimento nos anos 50 é apelidada 'desenvolvimentismo'. Seus críticos e teóricos foram os intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina).
- 3.2. *ONGs e a Cultura Política (1965-1985)*: muitas ongs, especialmente européias, de orientação religiosa, não hesitam em apoiar movimentos de libertação contra opressões morais, políticas e ditaduras militares em países da África, Ásia e América Latina. Financiam conferências internacionais ou tribunais de opinião destinados alertar o público internacional. Esta fase marca a entrada das ongs no universo da cultura política. Passam a lidar com questões não estritamente administrativas mas de cunho ético e moral, como 'direitos

humanos’, ‘igualdade de gênero’, ‘trabalho infantil’, ‘liberdade de expressão’ etc.²

3.3. *A cooptação não-governamental (1985-1995)*: desenvolvem-se nos países do ‘Sul’ ongs que passam a atrair poderes locais e estrangeiros após o movimento de democratização. Nos anos 80, a ajuda e a parceria não-governamental são vistas como maneira de aliviar a estagnação econômica. A explosão do número de ongs ocorre exatamente nesta década, considerada ‘perdida’ pelo Banco Mundial. A partir dos anos 85-90, fase final da Guerra Fria, o Socialismo entra em crise no Leste Europeu, aumentam os capitais ocidentais, predomina o capital financeiro e aumenta o peso político de instituições financeiras multilaterais como Banco Mundial e FMI. É criada a OMC (Organização Mundial do Comércio) em substituição ao GATT. As ongs são consideradas instrumentos mais aptos para corrigir as ‘falhas do Estado e do mercado’, (como se este último tivesse por objetivo melhorar a sociedade).

3.4. *As ongs e a ‘boa governança’ (1995-2004)*: são os anos da preocupação com a ‘estabilidade’ econômica e institucional. Sentem-se os efeitos desastrosos dos programas de *ajuste estrutural* promovidos pelo FMI e Banco Mundial. Pesam os juros das dívidas externas, a privatização, a liberação dos mercados, os cortes de despesas sociais adotados pelos Estados, o desemprego. Desenvolvem-se tentativas de regar o fluxo financeiro internacional. Ocorrem manifestações de resistência ao

² Na América Latina, a cooperação internacional através de organizações não-governamentais aparece em dois momentos-chave: na década de 70, durante dos regimes militares e na década de 80, com a crise econômica. Foram calculadas, no início da década de 90, 50.000 ONGs locais. Paralelamente, entre 1982 e 1988, a região transferiu 179 bilhões de dólares em direção aos países credores da dívida externa, tendo pago neste período o equivalente a metade da dívida total. A soma serviria para financiar um novo “Plano Marshall” para a reconstrução da região. A América Latina se converte, assim, em uma região exportadora de capitais, do mesmo modo que antes foi de matéria-prima. Durante a Guerra do Golfo, as potências de intervenção gastaram três vezes mais que toda a dívida da América Latina.

‘neoliberalismo’, contra a exclusão e o desemprego, por parte dos setores populares e classes médias em países de todos os continentes. Vulgariza-se o termo ‘globalização’. Contraditoriamente, as ongs contribuem para acelerar a adaptação das instituições políticas às novas necessidades do sistema capitalista.

As ongs e o sistema das Nações Unidas

Aparentemente, não há critérios muito rigorosos para a admissão de ongs na ONU³. Desde de 1945, menos de dez ongs tiveram sua associação negada ou suspensa. Em janeiro de 2001, na última reunião do Comitê de ongs para exame dos relatórios quadrienais, dos 450 dossiês avaliados em três somente foram encontrados problemas. De fato, há um grande interesse por parte das Nações Unidas na incorporação de ongs. Do ponto de vista operacional, porém, não faz muita diferença a quantidade e as características destas organizações. Não há controle rigoroso sobre as ongs que ‘participam’ do *Sistema* e suas entradas ou saídas alteram em quase nada a estrutura institucional mais ampla. A cooperação ONGs/ONU é sobretudo simbólica. O efeito prático está no plano do discurso, na afirmação de que esta cooperação existe.

Ongs do *Norte* e do *Sul* não exercem poderes, possuem papel oficial ou tomam decisões em nenhuma organização internacional. Elas ganham espaço como consultoras, mas não influenciam os temas de trabalho das instituições financeiras multilaterais como FMI, Banco Mundial, OMC. As populações, cuja existência e modo de vida são diretamente afetados pelas atividades e políticas destas agências, não são de fato representadas.

³ São necessários, em geral, três anos para obter um estatuto de consulta. A primeira etapa é a aprovação do dossiê, enviado pelas ONGs, pelo Secretariado. A Segunda é o exame do dossiê realizado pelo *Comitê para ONGs* que se reúne apenas uma vez por ano. A terceira corresponde à aprovação, pelos 54 países membros do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) do estatuto de consulta para as ONGs. A quarta etapa do processo corresponde à definição da categoria para cada ONG aprovada pelos países membros: se “especialista” ou “generalista”.

As instituições em que as ongs têm maior participação, como DIP (Departamento de Informação Pública da ONU) e ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) são as menos poderosas. Os verdadeiros atores do *Sistema das Nações Unidas* são os países ricos que tendem a gravitar em torno das instituições que lhe dão apoio efetivo. Documentos do *Conselho Econômico e Social* afirmam que: “a participação ativa de uma ong, mesmo bem-vinda, não implica que esta organização seja autorizada a participar das negociações.” Limitadas ao papel de consultoras as ongs participam, entretanto, do lento processo de elaboração de diversas normas internacionais e se engajam em trabalhos de *lobbying* junto a representantes de Estados-membro em diferentes instâncias do ECOSOC.

O Sistema das Nações Unidas e os Estados Nacionais

Instituições financeiras multilaterais como Banco Mundial, FMI, OMC, fornecem boa parte das condições para o financiamento, expansão e reprodução do capital. São aparentemente neutras, como se representassem igualmente o interesse de todos os Estados. Contribuem para despolitizar problemas econômicos e políticos inerentes ao *imperialismo sistêmico-institucional*. Por meio destas agências, os Estados nacionais se inserem mais firmemente no quadro das relações e estruturas imperialistas. Tornam-se elos importantes da dinâmica do novo imperialismo e, ao mesmo tempo, expressão e instrumento da classe dominante local.

Os Estados nacionais se apresentam mais que nunca como um sistema coeso e em constante diferenciação. Estados podem ser agora encarados como entidades abstratas, que não se limitam a uma base territorial. Além de como aparecem no imaginário — bandeira, hino, monumento, folclore etc. — são sobretudo o peso de suas economias: o que produzem, como são representados politicamente, como defendem seus interesses e que interesses representam. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, criados em 1944-45, simbolizam a nova configuração do capitalismo mundial e exprimem a posição privilegiada dos Estados Unidos. Quando criadas, estas agências financeiras visavam, sobretudo, evitar tran-

sições ao socialismo, garantir a hegemonia americana e o dólar como moeda de referência.

Com a multiplicação de organizações não-governamentais, acopladas aos aparelhos estatais e às agências, instâncias e programas das *Nações Unidas*, desenvolve-se uma nova configuração imperialista que envolve cada vez mais rigidamente os Estados nacionais. Estados, ongs, ONU, são engrenagens fundamentais do sistema. Embora muitas vezes incompatíveis em essência, são incorporadas igualmente por uma mesma lógica de reprodução do capital.

Técnica e ciência

Um aspecto fundamental do modo como se afirma e mantém o *imperialismo-sistêmico-institucional* é a produção de conhecimento. Por meio deste, o imperialismo se enraíza em todos os âmbitos da sociedade mundial e sedimenta intelectualmente as conexões institucionais que dão suporte à expansão e complexificação do sistema. É assim que o imperialismo se torna, mais que um aparato de constrangimentos formais e materiais, um modo de pensar.

Técnica e ciência fazem parte de um mesmo processo de unificação do pensamento. Mesmo que as mentes individuais ainda sejam baús de memória criativa, as particularidades são quotidianamente ignoradas pela lógica do sistema “técnico-científico-informacional”, como diria Milton Santos. Os sistemas de conhecimento, subjacentes à ordem imperialista, triunfam sobre ignorância de seu funcionamento.

Estes sistemas são sobretudo intelectuais, programas elaborados a partir da seleção de dados sobre a realidade mundial. São, ao mesmo tempo, a lógica que rege o funcionamento do sistema internacional mais amplo e que, portanto, não contempla a vida de forma absoluta, a população mundial integralmente, as histórias particulares. Este grande programa de funcionamento do mundo não aceita todas as informações a menos que seja reprogramado a partir de dentro.

A *cultura internacional-popular* de Renato Ortiz, mais adequada para exprimir a mundialização, é forjada como uma grande lona de retalhos que mascara a engrenagem do sistema. Não revela os cen-

tros de poder, a lógica de reprodução da desigualdade, o movimento das coisas. A *cultura internacional-popular* indica a maneira como o sistema mundial se aproxima afetivamente dos indivíduos. Ela é a sua cobertura “orgânica” de símbolos, signos, paisagens, sons, personagens capazes produzir a identificação entre *indivíduo* e *sistema*. Embora seja produzida também pelo sistema, esta cultura não o traduz nem o expressa. É seu disfarce democrático, moderno, libertário. Talvez a falsa consciência de uma engrenagem que segue independente dos homens. Ortiz tem razão ao afirmar que não há correspondência necessária entre *técnica* e *cultura*.

A racionalidade sistêmica pode ser facilmente detectada no âmbito dos órgãos multilaterais articulados aos aparelhos estatais e ONGs. Relembrando Octavio Ianni, “relações, processos e estruturas” reais são abstraídos em variáveis econômicas, sociais, demográficas, físicas. Todo o problema concreto, que afeta pessoas, grupos, classes, é transformado em problema de administração. Engenheiros, arquitetos, estatísticos, economistas, cientistas políticos, demógrafos, são encarregados pela transformação de problemas ‘substantivos’ em problemas ‘administrativos’. Técnicos, cientistas, especialistas, nesta altura, transformam-se também em engrenagens do sistema mundial. Essa é a tecnocracia internacionalizada, *imperial-sistêmica*.

Agências especializadas do *Sistema das Nações Unidas* passam a exercer influência crescente sobre os países necessitados de capital e assistência técnica. Foram, inicialmente, criadas agências regionais de planejamento para a reforma e modernização dos aparelhos estatais de países *em desenvolvimento*. O Fundo Monetário Internacional, a partir de 1950, passou a organizar programas de capacitação destinados a explicar aos funcionários dos países membros os métodos de análise e os critérios do Fundo. Em 1964 é criado o Instituto do Fundo para a ampliação destes programas.

As instituições das *Nações Unidas*, em seu conjunto, reúnem um grande número de especialistas de várias áreas do conhecimento, encarregados de coletar e organizar dados sobre a situação mundial, definir diretrizes para políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais dos países do *Norte* e do *Sul*. A *tecnocracia imperial-sistêmica* corresponde, em parte, ao conceito de *sistema perito* elaborado por

Giddens. A *tecnocracia imperial*, todavia, está menos ligada ao cotidiano.

Enquanto entramos em contato com *sistemas peritos* quando pegamos um avião, por exemplo, os efeitos produzidos pelas ações dos *sistemas tecnocráticos* podem ser sentidos a longo prazo e com dificuldade são identificados pontualmente. Esta tecnocracia atua em um nível ainda mais abstrato que os *sistemas peritos* de Giddens. É possível afirmar, contudo, que os *sistemas peritos* são, em sua totalidade, envolvidos pela *tecnocracia imperial-sistêmica*, mais abrangente. Os sistemas de Giddens atuam na imediatividade enquanto a tecnocracia num tempo de mais longa duração.

Enquanto os *sistemas peritos* de Giddens não conformam necessariamente uma *estrutura*, por trabalharem numa temporalidade de mais curto prazo, a *tecnocracia imperial-sistêmica* é capaz de revelar, não apenas a sua própria, como um aspecto importante da estrutura do sistema mundial. Desde 1944 temos uma única tecnocracia internacional que contém em si todas as complexificações ocorridas até 2004.

A produção dos conceitos tecnocráticos

A noção de ‘desenvolvimento’ tem acompanhado a elaboração de políticas econômicas por parte de governos, agências multilaterais e ongs. Desde a criação das *Nações Unidas*, especialmente de suas agências financeiras (Banco Mundial e FMI), o conceito tem aparecido sob diversas formas em discursos proferidos em todos os níveis institucionais. ‘Desenvolvimento’, ‘desenvolvimento humano’, ‘desenvolvimento sustentável’ são apenas algumas das maneiras como o mesmo conceito pode desdobrar-se.

A despeito de diferenças terminológicas, modelos de *desenvolvimento* são normalmente aceitos como únicos para a orientação das políticas econômicas, sociais, ambientais, culturais, de todos os países. Formalmente, resultam do trabalho conjunto de agências multilaterais, Estados nacionais, *Ongs Transnacionais*, universidades e institutos de pesquisa que produzem dados, discussões teóricas e participam do intercâmbio de pessoal especializado.

Na prática, porém, pensar ou não problemas ligados ao desenvolvimento não se coloca como uma escolha. Junto com o tema são definidos critérios, prioridades, termos, linguagem, método. Tal padronização dos estudos, se por um lado permite o ‘intercâmbio’ entre especialistas de diferentes partes do mundo, por outro não deixa a eles muita alternativa. O ‘intercâmbio internacional’ é a aparência que legitima a reprodução de idéias. A partir da década de 70, FMI e Banco Mundial se tornam os lugares dominantes da reflexão teórica sobre o desenvolvimento.

Também no Banco Mundial, analistas econômicos e políticos elaboram, a partir da década de 90, o conceito de *boa governança*. A idéia é afirmar a redução do Estado e defender sua conexão com outros mecanismos de regulação da economia nacional: organizações multilaterais e mercado. Na prática, a *boa governança* é definida pelo grau de obediência do Estado às instituições multilaterais e pelo nível de comprometimento com o mercado. Ironicamente, os temas que envolvem a *governança* são ‘participação’, ‘descentralização’, ‘transparência’, ‘luta contra a corrupção’ e ‘sociedade civil’. Não à toa, em 1988, 5% dos projetos do Banco implicavam a participação de ongs. Em 1997, esta participação ultrapassou 47%.

Com o aprimoramento das técnicas e estratégias de *marketing*, criação de redes eletrônicas e transnacionalização das atividades destas organizações, difunde-se o conceito *sociedade civil mundial* ou *esfera pública transnacional*. A difusão destas expressões, nos anos 90, acaba ofuscando a revisão crítica da noção de *sociedade civil* apropriada já na década de 80 para responder às exigências ideológicas e práticas de governos, empresas, organizações não-governamentais e multilaterais. Estes conceitos servem para sustentar ideologicamente diversos projetos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos cujos impactos sobre a democracia devem ainda ser avaliados.

A realidade sistêmica

O *sistema mundial* é um sistema de pensamento autônomo que faz uso e despreza inteligências individuais. Pode ser compreendido

como um modelo cibernético que compreende hierarquia e função. Resulta de redes complexas em que atores humanos, biológicos e técnicos interagem. Se do ponto de vista da ciência da mente, a consciência representa apenas um aspecto menor do pensamento, o *sistema mundial* é um grande cérebro sem consciência. Seus processos cognitivos são automáticos, embora orientados por certa lógica. Todo o sistema dinâmico possui uma forma de ‘mente’. Assim sendo, pode-se dizer que toda instituição, presente num sistema de instituições, é uma *tecnologia intelectual*. As instituições, pelo modo como funcionam, ‘acessam’ o passado e criam o presente conforme seus interesses e objetivos. Para Pierre Levy “conhecer, assim como instituir, equívale a classificar, ordenar, construir configurações e periodicidades”. Os indivíduos se apóiam constantemente na ordem e na memória das instituições que compõem o *sistema mundial*. As regras jurídicas ou administrativas, a divisão do trabalho, a estrutura hierárquica, as normas de ação, computadores, bancos de dados, são tipos automáticos de raciocínio que economizam a atividade intelectual de indivíduos.

Os limites do sistema

Agências financeiras multilaterais como Banco Mundial, FMI e OMC têm peso fundamental sobre o conjunto do *Sistema das Nações Unidas*. São estas instituições que dão o tom à totalidade das instituições da ONU e determinam as regras do seu movimento. Historicamente, o *Sistema* apenas faz sentido por compreender estas agências financeiras. Foi a partir delas que a ONU surgiu como um sistema de instituições. Surgiu para legitimar o Banco Mundial e FMI num complexo institucional de nível máximo que diluiria a aparência estritamente financeira do conjunto.

O centro da ONU não é o seu núcleo administrativo, apresentado formalmente em documentos ao público, mas suas instituições financeiras. Todas as outras são apêndices ou extensões especializadas de diferentes faces que encobrem o núcleo do sistema, essencialmente econômico. Os Estados-membro se acoplam ao *sistema* de acordo com o poder que possuem.

Qualquer proposta de crítica do *sistema mundial*, mesmo restrita às análises institucionais, deve partir de sua base econômica. O *sistema* cria mecanismos, que precisam ser evidenciados, de subordinação de todas as questões aos temas da economia. Apenas assim, a lógica do *sistema-mundo* e seus mecanismos podem ser, pouco a pouco, revelados.

Bibliografia

- AZOULAY, Gérard. *Les théories du développement: du rattrapage des retards à l'explosion des inégalités*. Rennes: PUR, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- LUHMANN, Niklas. "A sociedade mundial como um sistema social". In: ARAÚJO, Cícero & WAIZBORT, Leopoldo. "Sistema e evolução na teoria de Luhmann". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1999, nº47.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. "Introdução". *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PNUD. *Relatório sobre Desenvolvimento Humano, 2002* (www.undp.org).
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- STOSIC, Borko. *Les organisations non gouvernementales et les Nations Unies*. Genève: Droz, 1964.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na mundialização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade* vol. 1. Brasília: Unb, 1991.